Boletim de Jurisprudência

Turmas

Secretaria de Documentação
Serviço de Jurisprudência e Divulgação
Setor de Divulgação

75/2009

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, é meramente informativo e ferramenta auxiliar, cuja validação para os fins legais poderá ser obtida junto ao Setor de Referência do Serviço de Jurisprudência e Divulgação deste Tribunal.

ARTISTA

Direito material em geral

TELEVISÃO. ARTISTAS. PRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PROGRAMA. AUSÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO. VÍNCULO NÃO CARACTERIZADO. Denotando os depoimentos nos autos, notadamente o da primeira reclamante, a autonomia com que agiam em relação ao programa televisivo que apresentavam, decidindo elas próprias acerca da produção, e também quanto a dias e horários de gravações, e nada havendo nos autos, enfim, a evidenciar a subordinação a ordens emanadas da reclamada, nem mesmo de forma tênue, não há mesmo como se reconhecer a existência de vínculo entre os litigantes, seguindo improcedente a ação. (TRT/SP - 00771200904802002 - RO - Ac. 4ªT [20090948313](#) - Rel. Ricardo Artur Costa e Trigueiros - DOE 13/11/2009)

ASSÉDIO

Moral

Assédio moral. Uso do banheiro. Utilização de bandeiras no ambiente de trabalho (verde para permitir e vermelha para proibir o uso do banheiro), antes de ser uma forma de "organizar" a ida ao banheiro dos empregados, impõe limites e restrições ao seu uso, evidenciando a coação moral, subreptícia, velada, que cerceava a trabalhadora. Houve dano moral. (TRT/SP - 02428200705202000 - RO - Ac. 6ªT [20090963061](#) - Rel. RAFAEL EDSON PUGLIESE RIBEIRO - DOE 13/11/2009)

BANCÁRIO

Jornada. Adicional de 1/3

Bancário. Cargo de confiança. Assistente de gerência. O cargo de confiança a que se refere o parágrafo 2º do artigo 224 da CLT, não exige desempenho de atividades com poderes de gestão, nem mandato formal, tampouco os amplos poderes de mando ou confiança excepcional, previstos nos artigos 62 e 499 Consolidados. (TRT/SP - 01151200801702001 - RO - Ac. 2ªT [20091030042](#) - Rel. ROSA MARIA ZUCCARO - DOE 15/12/2009)

CARGO DE CONFIANÇA

Gerente

RECURSO ORDINÁRIO. GERENTE DE LOJA. ENQUADRAMENTO NA EXCEÇÃO PREVISTA NO INCISO II DO ART. 62 DA CLT. Considerando-se que o reclamante, como gerente e autoridade máxima na loja, exercia função de alta confiança, possuía vários subordinados, não tinha controle de horário, bem como possuía elevado padrão de vencimentos, imperioso o reconhecimento de seu enquadramento na exceção prevista no inciso II do art. 62 da CLT, não havendo que se falar em pagamento de horas extras. Insta observar que a partir da edição da Lei 8966/94 que deu nova redação ao referido dispositivo legal, não é mais exigida a detenção de amplos poderes de mando e gestão, de sorte que o fato do reclamante ter que se reportar ao Gerente Regional, não afasta por, por si só, o

seu enquadramento na exceção supra referida. (TRT/SP - 00776200702402003 - RO - Ac. 12ªT [20091003096](#) - Rel. MARCELO FREIRE GONÇALVES - DOE 27/11/2009)

COMPETÊNCIA

Contribuição previdenciária

Contribuições sociais. SAT. Competência da Justiça do Trabalho. A execução das contribuições sociais referentes ao SAT são da competência da Justiça do Trabalho, por-quanto incidem sobre a folha de salários e são destinadas à seguridade social, inserindo-se no modelo previsto no art. 114, VIII, da Constituição Federal. (TRT/SP - 00794200337202000 - AP - Ac. 6ªT [20090962294](#) - Rel. RAFAEL EDSON PUGLIESE RIBEIRO - DOE 13/11/2009)

Material

INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA ORIUNDA DE SEGURADORA PRIVADA. MATÉRIA DISSOCIADA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DO CONTRATO DE TRABALHO. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Sendo a causa de pedir e os pedidos de indenização securitária afetos a contrato de seguro firmado com entidade privada aberta, dissociados portanto, de qualquer apreciação das cláusulas e condições do pacto laboral, e tratando-se os questionamentos, de matérias inteiramente relacionadas à execução do contrato de seguro, impõe-se a declaração de incompetência desta Justiça Especializada para sua apreciação, determinando-se a remessa do feito à Justiça Comum. O intento do legislador, ao ampliar a competência da Justiça Laboral através da Emenda 45/04, para alcançar as ações oriundas da relação de trabalho, foi o de estender o manto protetivo desta Justiça Especializada às diversas relações laborais existentes. Assim, para se dirimir a competência frente à matéria deve ser feita uma interpretação teleológica do disposto no art.114 da CF/88, nos termos do art.5º da LICC, porquanto a interpretação literal de seus termos, de forma isolada, pode ensejar o equivocado entendimento de que basta o direito ter origem temporal na relação de trabalho, mesmo sem qualquer vínculo com esta, para que seja alçado à competência da Justiça Laboral. A matéria concernente à execução do contrato de Seguro Privado firmado entre as partes, dissociada de qualquer discussão intrinsecamente relacionada ao contrato de emprego ou relação de trabalho, trata-se de matéria de natureza nitidamente cível, para a qual a Justiça do Trabalho, além de não possuir competência para sua apreciação, nada teria a contribuir socialmente para o deslinde da questão. (TRT/SP - 01618200604102005 - RO - Ac. 4ªT [20090947996](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 13/11/2009)

Servidor público (em geral)

Competência da Justiça do Trabalho. Ente Público. Contratação por prazo determinado com base em Lei Municipal. Segundo precedentes do C. STF, é competente a Justiça Comum para dirimir tal litígio. (TRT/SP - 01694200538102003 - RO - Ac. 3ªT [20091014705](#) - Rel. MARIA DE LOURDES ANTONIO - DOE 01/12/2009)

CONTRATO DE TRABALHO (EM GERAL)

Multiplicidade de contratos

UNICIDADE CONTRATUAL. Depreende-se da análise de fls. 107/108 que o contrato de emprego referente à 02/01/2001 a 28/06/2003 foi regularmente rescindido, com o pagamento das verbas rescisórias e recolhimento do FGTS. Igual forma, o contrato estipulado no período referente a 05/01/2004 a 24/08/2005, conforme verificado às fls. 109/110. Por sua vez, a certidão de fls. 245 confirma a percepção do seguro-desemprego pela reclamante, nos períodos nela declinados, em especial, de 29/08/2003 a 29/12/2003, vez que devidamente anotados em sua CTPS. A recorrente em nenhum momento negou a percepção deste benefício. Incontroverso, portanto, que a autora recebeu o seguro-desemprego no período acima, em que pese a única testemunha da reclamante refira que a mesma nunca esteve afastada do serviço (fls. 234). Nem se diga, igualmente, tratar-se de relação de emprego sem solução de continuidade, vez que as reclamadas pertencem ao mesmo grupo econômico. Tendo a reclamada alegado autonomia e regularidade dos contratos firmados e, tendo em vista o conjunto probatório, em especial os documentos de fls. 107/108 e 109/110, acima mencionados, cabia à autora provar a fraude na contratação. Deste ônus não se desincumbiu, como bem salientado pelo Juízo a quo. Neste contexto, não se pode presumir a fraude, até porque nenhum prejuízo se evidenciou do negócio. Ao contrário, a autora recebeu as verbas rescisórias relativas à dispensa imotivada (fls. 107/110). Ademais, a única testemunha da autora (fls.234/235) nada esclareceu a respeito da prestação de serviço na forma requerida na prefacial. Válidos, portanto, e autônomos os contratos ora em debate, inviabilizando o reconhecimento da unicidade contratual pleiteada. (TRT/SP - 00359200644502003 - RO - Ac. 2ªT [20090971692](#) - Rel. ODETE SILVEIRA MORAES - DOE 17/11/2009)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por dano material em acidente de trabalho

EMENTA: ACIDENTE DO TRABALHO. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. NEXO CAUSAL ENTRE DANO E AÇÃO/OMISSÃO DA EMPREGADORA. A obrigação de indenizar decorre do liame entre a conduta culposa da empregadora e o dano efetivamente suportado pelo obreiro. À míngua de elementos que evidenciem o necessário nexo de causalidade, não subsiste o dever de indenizar material ou moralmente. (TRT/SP - 04064200520102004 - RO - Ac. 4ªT [20090941289](#) - Rel. SÉRGIO WINNIK - DOE 13/11/2009)

Indenização por dano material em geral

Dano material. Redução da capacidade de trabalho. Readaptação. A prova de que o empregador forneceu programa de readaptação, com efetiva habilitação para o exercício de outra atividade, sem demonstração de redução da referência remuneratória, impede o deferimento de danos materiais. (TRT/SP - 01197200701602003 - RO - Ac. 6ªT [20090963240](#) - Rel. RAFAEL EDSON PUGLIESE RIBEIRO - DOE 13/11/2009)

Indenização por dano moral em geral

Indenização por dano moral. Traumas físicos e psíquicos. É devida a indenização por dano moral, pois estão presentes o dano e o nexo causal, evidenciados pelos traumas físicos e psíquicos oriundos das atividades laborativas na reclamada, que impuseram ao empregado o afastamento de suas atividades profissionais, e

prejuízo à sua vida pessoal, social e familiar. Há a culpa da reclamada, evidenciada pela incapacidade de gerenciar o sistema de reeducação e recuperação de menores, e a obrigação de assegurar a integridade física dos trabalhadores expostos a situação de insegurança. (TRT/SP - 02258200500402008 - RE - Ac. 2ªT [20090971080](#) - Rel. ROSA MARIA ZUCCARO - DOE 24/11/2009)

DESERÇÃO

Configuração

RECURSO ORDINÁRIO. PREENCHIMENTO INCORRETO DA GUIA DARF. DESERÇÃO. O inciso IV do art. 91 do Provimento GP/CR nº 13/2006 deste Regional dispõe sobre a obrigatoriedade de preenchimento da guia DARF com o número do processo no campo "5 - número de referência". A ausência de indicação da numeração única do processo ou do número simples e da Vara do Trabalho e das partes não permite a perfeita individualização do recolhimento em relação às partes e ao processo em que demandam. Nos termos do inciso III do art. 500 do CPC, o recurso adesivo não será conhecido, se houver desistência do recurso principal, ou se for declarado inadmissível ou deserto (como é o presente caso). (TRT/SP - 00028200740202006 - RO - Ac. 12ªT [20091003452](#) - Rel. MARCELO FREIRE GONÇALVES - DOE 27/11/2009)

DESPEDIMENTO INDIRETO

Circunstâncias. Avaliação

RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO E DE RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO. CONCOMITÂNCIA. O pedido de rescisão indireta do contrato de trabalho pressupõe falta grave cometida pelo empregador que, ciente de suas obrigações contratuais, deixa de cumpri-las. Assim, embora seja processualmente possível a cumulação dos pedidos, não se mostra razoável o reconhecimento de indireto rompimento de contrato de trabalho somente reconhecido na mesma oportunidade. (TRT/SP - 01728200500302000 - RO - Ac. 3ªT [20091011706](#) - Rel. MÉRCIA TOMAZINHO - DOE 01/12/2009)

RESCISÃO INDIRETA. Não é qualquer descumprimento de obrigação contratual por uma das partes que autoriza o rompimento do contrato de trabalho pela outra, mas somente aquele revestido de gravidade suficiente é que permite a rescisão indireta do vínculo empregatício. Em reverência ao princípio da continuidade da relação de emprego, insta se analisar se a falta alegada torna insuportável a manutenção da relação de trabalho entre as partes. (TRT/SP - 01102200702902008 - RO - Ac. 4ªT [20090941548](#) - Rel. SÉRGIO WINNIK - DOE 13/11/2009)

Configuração

RESCISÃO INDIRETA. O atraso de apenas 1 ou 2 dias no pagamento dos salários, conforme verificado através dos recibos carreados no volume de documentos da 1ª ré, não constitui mora salarial. Nem se diga, com relação à alegada falta de recolhimentos fundiários. Verifica-se, através do extrato do FGTS, juntado pelo autor em seu volume de documentos (doc.4), que há diferenças a serem depositadas pela ré, circunstância que será regularizada através da determinação da r. sentença de fls. 241/247, diante do deferimento de tal pedido. Nesse sentido, preleciona o parágrafo 1º do artigo 2º do Decreto-Lei nº 369/68.

(TRT/SP - 00932200401302000 - RO - Ac. 2ªT [20091005609](#) - Rel. ODETTE SILVEIRA MORAES - DOE 01/12/2009)

DOCUMENTOS

Autenticação

DEPÓSITO RECURSAL. DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DA GUIA PELO CAUSÍDICO. INVÁLIDA. É inválida declaração de autenticidade da guia de depósito recursal firmada pelo próprio patrono da parte. O disposto no art.830 da CLT aplica-se apenas aos documentos destinados à produção de prova pelas partes, nos termos do art.332 do CPC. E o disposto no art.365, IV, do CPC, restringe a possibilidade às cópias extraídas do próprio processo. Assim, aplica-se à hipótese o disposto na IN nº 26 do C.TST, que determina a juntada de cópia autenticada da guia de depósito. Apelo não conhecido, por deserto. (TRT/SP - 02186200805902000 - RO - Ac. 4ªT [20090948046](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 13/11/2009)

EMBARGOS DECLARATÓRIOS

Multa

Somente na reiteração dos embargos protelatórios é possível se condicionar a interposição de recurso ao depósito da multa. Divisor de 180 horas, em face dos próprios termos da defesa. Recurso a que se dá provimento, no tema. (TRT/SP - 01589199903002010 - AI - Ac. 3ªT [20090936811](#) - Rel. SERGIO JOSÉ BUENO JUNQUEIRA MACHADO - DOE 17/11/2009)

EMPRESA (SUCESSÃO)

Responsabilidade da sucessora

Ferroban. Rescisão contratual após a sucessão da concessão. Responsabilidade subsidiária da RFFSA. Observada a rescisão contratual depois da vigência da concessão, a Ferroban, na condição de sucessora, responde pelos direitos decorrentes do contrato de trabalho, sem prejuízo da responsabilidade subsidiária da União (RFFSA). (TRT/SP - 00104200425502000 - RO - Ac. 3ªT [20090980225](#) - Rel. SILVIA REGINA PONDÉ GALVÃO DEVONALD - DOE 17/11/2009)

EXECUÇÃO

Legitimação passiva. Em geral

ILEGITIMIDADE DE PARTE. TOMADOR DE SERVIÇOS. A alegada condição de tomadora de serviços é o quanto basta para legitimar a parte para compor o passivo da reclamação, porquanto sujeito na relação jurídica de direito material. Se o reclamante postula a existência de uma declaração jurídica em face de uma pessoa, esta pessoa é que deve figurar no pólo passivo da ação como parte legítima. Vale lembrar que a declaração ou não da responsabilidade subsidiária é questão de mérito. (TRT/SP - 01920200647202004 - RO - Ac. 3ªT [20091011765](#) - Rel. MÉRCIA TOMAZINHO - DOE 01/12/2009)

FALÊNCIA

Recuperação Judicial

RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. RETOMADA DA EXECUÇÃO NO JUÍZO TRABALHISTA O parágrafo 5º. do artigo 6º, da Lei nº

11.110/2005, autoriza a retomada normal da execução após o término do prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias da suspensão, a que se refere o parágrafo 4º, do art. 6º, da mesma Lei. (TRT/SP - 02374200729102001 - AP - Ac. 3ªT [20090995230](#) - Rel. SILVIA REGINA PONDE GALVÃO DEVONALD - DOE 17/11/2009)

HONORÁRIOS

Advogado

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Não há que se falar em pagamento de indenização a título de honorários advocatícios com base no artigo 404 do Código Civil. Na prática essa indenização equivale à condenação da reclamada ao pagamento da verba honorária e na Justiça do Trabalho é imprescindível a satisfação das exigências contidas na Lei 5.584/70 para que sejam devidos honorários advocatícios. Entendimento sedimentado pelo C. TST conforme Súmulas 219 e 329. (TRT/SP - 01123200726102008 - RO - Ac. 12ªT [20091003436](#) - Rel. MARCELO FREIRE GONÇALVES - DOE 27/11/2009)

AÇÃO DE REPARAÇÃO DE PERDAS E DANOS DECORRENTES DE ACIDENTE DO TRABALHO AJUIZADA PERANTE A JUSTIÇA COMUM - REMESSA DOS AUTOS À JUSTIÇA DO TRABALHO POR FORÇA DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/2004 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - SUBMISSÃO AO REGRAMENTO PREVISTO NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA - NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. As ações que foram ajuizadas perante a Justiça Comum e passaram a ter seu curso perante a Justiça do Trabalho passam a seguir os regramentos inerentes a esta Justiça. E, quanto aos honorários advocatícios, tal situação também se aplica, ainda mais se considerando que, aqui, a condenação em honorários advocatícios não decorre de mera sucumbência, devendo ser preenchidos os requisitos previstos na Lei nº 5.584/70. Para se reconhecer honorários advocatícios na Justiça do Trabalho, deve a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional, comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do mínimo legal ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família. Tal entendimento está no bojo dos Enunciados nºs 219 e 329 do C. TST. O artigo 14 da Lei nº 5.584/70 estabelece explicitamente que a assistência judiciária será prestada pelo sindicato profissional a que pertence o trabalhador. Deste modo, tendo em vista que, no presente caso, não se encontram presentes os requisitos legais, são indevidos os honorários advocatícios. (TRT/SP - 01861200531102005 - RO - Ac. 3ªT [20091008438](#) - Rel. MÉRCIA TOMAZINHO - DOE 24/11/2009)

HORAS EXTRAS

Cartão de ponto

CARTÕES DE PONTO. ÔNUS PROBATÓRIO. Nos termos dos arts. 818 da CLT e 333, I, do CPC, cabe ao demandante fazer prova robusta da invalidade das anotações de ponto. Se a documental não apresenta horários de entrada e saída uniformes, não há que se falar em inversão do ônus probatório e presunção de veracidade da jornada da prefacial. (TRT/SP - 02654200805002009 - RO - Ac. 4ªT [20090941319](#) - Rel. SÉRGIO WINNIK - DOE 13/11/2009)

JORNADA

Intervalo violado

Não havendo o gozo regular do intervalo para refeição e descanso, são deferidas horas extras a este título. O intervalo não usufruído é devido como hora extra. (Art. 71, parágrafo 4º, da CLT e Orientação Jurisprudencial nº 307 da SDI do C TST.). (TRT/SP - 02335200638102004 - RE - Ac. 3ªT [20091012222](#) - Rel. SERGIO JOSÉ BUENO JUNQUEIRA MACHADO - DOE 01/12/2009)

PRESCRIÇÃO

Prazo

Prescrição. Execução fiscal de dívida ativa não tributária Não existindo disposição legal específica fixando prazo para cobrança da dívida ativa não tributária, o prazo prescricional a ser aplicado para a cobrança em Juízo, de multas aplicadas por infrações a dispositivos da CLT, é de 5 anos, contados a partir do vencimento fixado na notificação de cobrança ao devedor, considerando a aplicação, por analogia, do artigo 1º do Decreto 20.910/32, c/c artigo 174 do CTN e artigo. 1º da lei nº 9873/99. Isto porque, a lei de execução fiscal equipara as dívidas tributárias e não tributárias para efeito da constituição da dívida ativa da Fazenda Pública. (TRT/SP - 00656200837302001 - AP - Ac. 3ªT [20090980209](#) - Rel. MARIA DE LOURDES ANTONIO - DOE 17/11/2009)

RELAÇÃO DE EMPREGO

Configuração

O lado formal da relação cede lugar para a materialidade da relação havida, que restou demonstrada como sendo de vínculo de emprego. Recurso a que se nega provimento, no ponto. (TRT/SP - 01109200603802000 - RO - Ac. 3ªT [20091012265](#) - Rel. SERGIO JOSÉ BUENO JUNQUEIRA MACHADO - DOE 01/12/2009)

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA

Terceirização. Ente público

Responsabilidade Subsidiária. Órgãos da Administração Pública. (art. 71 da Lei 8.666/93). A licitação, segundo o disposto no Inciso XXI, do art. 37 da Constituição Federal, é a forma de escolher o melhor contratante, segundo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O art. 71 da Lei nº 8.666/93 não pode se contrapor à Constituição Federal, que firma a responsabilidade dos entes da Administração Pública, Direta e Indireta, pelos prejuízos causados a terceiros (art. 37, parágrafo 6º), os quais se caracterizam pela inadimplência de direitos trabalhistas no período em que a tomadora se beneficiou da prestação de serviços do trabalhador. (TRT/SP - 01180200704302009 - RE - Ac. 2ªT [20090971072](#) - Rel. ROSA MARIA ZUCCARO - DOE 24/11/2009)

SALÁRIO (EM GERAL)

Desconto. Dano do empregado

Descontos lícitos - Tendo sido acordado pelas partes, no contrato de trabalho, a previsão de descontos por danos causados pelo empregado, não se há que falar em devolução desses valores. (TRT/SP - 01836200231202005 - RO - Ac. 3ªT

[20090975094](#) - Rel. SILVIA REGINA PONDÉ GALVÃO DEVONALD - DOE 24/11/2009)

Prefixação de adicionais ou horas extras

PAGAMENTO COMPLESSIVO - NULIDADE - O pagamento de salários, de forma comlessiva, não tem qualquer validade, na medida em que deixa de discriminar quais as verbas que efetivamente estão sendo quitadas, inclusive sem efetuar os recolhimentos previdenciários pertinentes. Neste sentido, são os termos da Súmula nº 91 do C. TST. (TRT/SP - 01454200602102001 - RO - Ac. 2ªT [20090971595](#) - Rel. ODETTE SILVEIRA MORAES - DOE 17/11/2009)

SEGURO DESEMPREGO

Geral

ADESÃO AO PDV. INDENIZAÇÃO RELATIVA AO SEGURO-DESEMPREGO. Não faz jus o empregado que adere ao PDV à indenização relativa ao seguro-desemprego. Isso porque nos termos do artigo 7º, inciso II, da Constituição Federal o seguro-desemprego é devido ao trabalhador em caso de desemprego involuntário. Ao aderir ao PDV, o reclamante manifestou sua vontade em rescindir o contrato de trabalho, situação que não se coaduna com o dispositivo constitucional. (TRT/SP - 02896200402402002 - RO - Ac. 3ªT [20091014624](#) - Rel. MARIA DE LOURDES ANTONIO - DOE 01/12/2009)

SENTENÇA OU ACÓRDÃO

Omissão

SENTENÇA "CITRA PETITA". OMISSÃO. NULIDADE. A sentença que não exaure a prestação jurisdicional, em atendimento ao art. 128 do CPC, mesmo instada a fazê-lo mediante embargos declaratórios, merece ser anulada, devendo o Juízo de origem manifestar-se sobre os pontos controvertidos, a fim de possibilitar o natural efeito devolutivo do recurso, sob pena de supressão de instância. (TRT/SP - 01108200704402008 - RO - Ac. 4ªT [20090941513](#) - Rel. SÉRGIO WINNIK - DOE 13/11/2009)